



Interfaces entre extensão rural agroecológica e educação popular no projeto Paulo Freire

Interfaces between agroecological rural extension and popular education in the Paulo Freire project

BOTELHO, Alexandre Ribeiro¹; CAVALCANTI, Edneida²; MENESES, Soraya Cindcy Araújo³

¹ Educador Popular, alexandremerrem@gmail.com.br;

² Fundação Joaquim Nabuco, Edneida.cavalcanti@fundaj.gov.br;

³Estudante do Bacharelado em Agroecologia da UFRPE, soraya.cindcy@gmail.com

RELATO DE EXPERIÊNCIA TÉCNICA

Eixo Temático: Educação e agroecologia

Resumo: O presente trabalho analisa a prática de Extensão Rural Agroecológica (ERA) e suas interfaces com a Educação Popular, realizada pelo Centro de Estudos do Trabalho e Assessoria do Trabalhador (CETRA), na implementação do Projeto Paulo Freire (PPF), financiado pela Secretaria de Desenvolvimento Rural do Estado do Ceará, em parceria com o Fundo Internacional para o Desenvolvimento da Agricultura (FIDA) e executado por organizações da sociedade civil no período de 2015 a 2020. A análise se dá a partir do Marco de Referência da Educação Popular para as Políticas Públicas, publicado em 2014. Como base epistemológica foram escolhidas seis categorias da Educação Popular que contêm em si uma ideia-força, capaz de balizar e orientar os agentes públicos, que são: Dialogicidade, Amorosidade, Conscientização, Transformação da Realidade e do Mundo, Partir da Realidade Concreta, Construção do Conhecimento e Pesquisa Participante e Sistematização de Experiência e do Conhecimento.

Palavras-chave: agroecologia; extensão; educação popular; políticas públicas; comunidades tradicionais.

Contexto

O Território de Sobral, localizado no estado do Ceará/Brasil, um dos quatro em que o Projeto Paulo Freire (PPF) atua, abrange 32 comunidades em 16 municípios. Estiveram envolvidas no PPF 1385 famílias da região. Para o propósito deste estudo, foi realizada uma pesquisa participante, na qual contribuíram para a construção coletiva dos conteúdos aqui explicitados, técnicos e coordenação local do CETRA e representantes de três comunidades acompanhadas, considerando os atores sociais prioritários do PPF, a saber: mulheres, jovens e povos tradicionais.

O processo de pesquisa e reflexão no território foi realizado através de dois tipos de vivências: a primeira com técnicos e representantes da coordenação territorial, por meio de três oficinas, com participação em média de quinze profissionais, na sede do CETRA, com a duração de sete horas cada. E o segundo tipo ocorreu nas imersões de dois dias em cada comunidade, com rodas de conversa, visitas familiares e observação participante em Santa Luzia, na Boa Vista II e na comunidade quilombola de Timbaúba, nos meses de julho, agosto e setembro de 2018. As oficinas com a equipe do CETRA e a imersão nas comunidades tiveram os



objetivos de refletir sobre a Educação Rural Agroecológica (ERA), a partir dos parâmetros previstos no Marco Referencial da Educação Popular para as políticas públicas e identificar aprendizados das famílias e profissionais da ERA, ao longo da execução do PPF.

Refletir sobre a ERA requer tratar de questões fundamentais no campo da Educação, daquelas nas quais estejam diretamente implicadas relações e processos de aprendizagem. Neste sentido, Caporal conceitua a ERA como:

um processo de intervenção de caráter educativo e transformador, baseado em metodologias de investigação-ação participante, que permitam o desenvolvimento de uma prática social mediante a qual os sujeitos do processo buscam a construção e sistematização de conhecimentos que os levem a incidir conscientemente sobre a realidade, com o objeto de alcançar um modelo de desenvolvimento socialmente equitativo e ambientalmente sustentável, adotando os princípios teóricos da Agroecologia como critério para o desenvolvimento e seleção das soluções mais adequadas e compatíveis com as condições específicas de cada agroecossistema e do sistema cultural das pessoas implicadas em seu manejo. (CAPORAL, 1998).

A ERA é eminentemente uma ação educativa. Ao refletir sobre as formas de educação, Brandão (2007) afirma que, não acontece de uma única maneira e segundo um único modelo. Podemos afirmar que o processo educativo é tão complexo que assume o caráter plural de acontecer não somente na escola, mas em muitos outros espaços da vida. Nessa mesma perspectiva, pode-se dizer que os seres humanos são, por natureza, inacabados, incompletos, por isso, dependentes, daí a necessidade da vida em sociedade e a permanente relação com outras pessoas, num movimento contínuo de aprendizados e trocas. Para Freire, “os aprendizados ocorrem no mundo, com o mundo e pelo mundo, pois somos seres de relações e não apenas de contatos” (FREIRE, 1983).

A Educação não é um ato de transferência ou de transmissão do conhecimento nem de uma cultura, não é a extensão de conhecimentos técnicos nem a perpetuação de valores de uma determinada cultura, sequer é esforço para adaptação da pessoa ao seu meio. Ensinar, “[...] não é transferir conhecimento, mas criar as possibilidades para a sua própria produção ou construção”, nenhum dos sujeitos envolvidos torna-se objeto perante o outro ou os outros, pois “quem ensina aprende ao ensinar e quem aprende ensina ao aprender” (FREIRE, 1996).

A fim de criar “um conjunto de elementos que permitissem a identificação de práticas de Educação Popular nos processos das políticas públicas, estimulando a construção de políticas emancipatórias” a Secretaria Geral da Presidência da República, no ano de 2014, definiu o Marco de Referência da Educação Popular para as Políticas Públicas (BRASIL, 2014, p.6). O olhar sobre a experiência aqui apresentada, tomou por base seis categorias de análise da Educação Popular que guardam em si potencial de mobilização e ação dos agentes públicos que atuam no campo da educação e da extensão: Dialogicidade, Amorosidade, Conscientização,



Transformação da Realidade e do Mundo, Partir da Realidade Concreta, Construção do Conhecimento e Pesquisa Participante e Sistematização de Experiência e do Conhecimento. Na descrição que se segue, cada uma dessas categorias é explicitada e comentada quanto a sua implementação no PPF.

Descrição da Experiência

Como primeira dimensão das bases epistemológicas, o documento aponta que “o diálogo, é uma das categorias mais importantes em Freire, pois dela decorrem as demais, representa para a Educação Popular o alicerce para uma pedagogia libertadora e transformadora” (BRASIL, 2014, p.36). A prática de Extensão Rural Agroecológica tem o diálogo como condição para o desenvolvimento de todas as ações, garantindo processos horizontais, fruto de relações de abertura e confiança.

As pessoas se aproximam uma das outras pelo diálogo. A expressão freireana “educar e educar-se” (FREIRE, 1996) trata exatamente da relação de aprendizado recíproco, fazendo com que ambos se eduquem e percebam que nenhum dos dois sabe tudo ou não sabe nada. Essa dimensão dialógica é identificada no desenvolvimento das atividades do PPF desde os primeiros contatos.

Para que o diálogo se dê, são utilizadas estratégias pedagógicas e dinâmicas de trabalhos em grupo, tais como, rodas de conversa, oficinas, reuniões com grupos por tipo de produção, com mulheres e jovens; intercâmbios com outros grupos, entre famílias e outras comunidades, práticas de campo e sistematização das experiências em que se estimula a participação de representantes das famílias envolvidas no PPF.

Nas palavras de um dos técnicos que atua em Extensão Rural Agroecológica nas comunidades de Salva Vidas e Conceição, no município de Coreaú,

o diálogo com o camponês na resolução de problemas, dos caminhos a serem seguidos e as decisões a serem tomadas devem ser construídas a partir do diálogo, respeitando e valorizando cada experiência e saber, não admito baixar, de cima para baixo, medidas e ações, sejam elas quais forem, sem que isso seja entendido e dialogado. (Técnico 1, junho de 2018).

A segunda categoria da base epistemológica é a amorosidade. Pode-se afirmar que a postura de amorosidade é condição necessária para que os processos de diálogos efetivamente aconteçam. Conforme Paulo Freire (1987, p. 46), “ao fundar-se no amor, na humildade, na fé nos homens, o diálogo se faz numa relação horizontal, em que a confiança de um pólo no outro é consequência óbvia”.

Foi observado, especialmente durante as visitas domiciliares, o quanto os técnicos são tratados com proximidade e abertura pelas pessoas das famílias. Pode-se dizer que as diferenças entre eles, tanto em relação a sua formação técnica, como o fato de não serem da mesma comunidade, não os afastava das famílias. Trata-se de alguém que é de um outro lugar, de fora da casa e da comunidade, mas que está



próximo, integrado àquele ambiente, sentindo a realidade vivida, comungando com pessoas da comunidade. No dizer do técnico que acompanha as comunidades da Ilha do Esaú e Santa Tereza Silvino, no município de Hidrolândia, uma dimensão semelhante à da amorosidade é o “doar-se para que o processo de assessoria realmente venha contribuir para uma melhora da qualidade de vida das famílias” (Técnico 2).

A terceira categoria apontada no Marco Referencial, é a da conscientização. “A conscientização se constituiu em ação relacional e em ação sobre e com o contexto em que os sujeitos se situam e interagem” (BRASIL, 2014, p. 42), num permanente movimento de aprendizagem que passa pela vida no território, na dimensão da temporalidade e da corporeidade. Observou-se durante a pesquisa de campo que a prática educativa desenvolvida pelo CETRA aponta para a construção de uma consciência crítica, onde são analisadas as causas e as relações de poder presentes nos distintos âmbitos da vida da família, a saber, política, cultural e econômica, o que tem possibilitado a leitura do mundo a partir dos interesses em disputa.

A transformação da sociedade e do mundo é uma outra referência como política pública de Educação Popular, significa que “o processo educativo, se dialógico e conscientizador, procurará sempre ser transformador da realidade e do mundo. Buscará construir novas relações econômicas, sociais, culturais, ambientais, baseadas na igualdade, na fraternidade, na justiça” (BRASIL, 2014, p.42).

Segundo afirmação da Técnica 1, “há várias dimensões de transformações que tocam o trabalho de Extensão Rural Agroecológica, que realizam verdadeiras mudanças nas relações entre as pessoas, no seio da família, na comunidade e no território”. Ela destaca também que, na medida em que se fortalece à inclusão social de jovens, mulheres na afirmação de sua importância nos espaços da sociedade em compartilhar as sementes crioulas, patrimônio cultural das comunidades, e vivenciarem o amor à natureza, tudo isso têm contribuído para efetivas mudanças sociais.

Partir da realidade concreta é valorizar a experiência e o saber local. Essa postura é fundamental em qualquer experiência que se pretenda ser uma prática de educação popular. “A realidade e os sujeitos da ação educativa estão localizados e constituídos pela pluralidade, pela diversidade e por universos culturais multifacetários, com diferentes identidades e interesses e os respectivos conflitos inerentes a essa realidade” (BRASIL, 2014, p.44).

Trata-se, portanto de realizar vivências educativas partindo da realidade e valorizando o saber local, um dos princípios da ERA, que relacionem os conteúdos ao seu contexto histórico e contribuir na relação pedagógica com olhar crítico, numa relação de troca e não de pretensa transferência de conhecimento, mas de aprendizados mútuos através do diálogo.



Sobre isso, o Técnico 3, que atua nas comunidades do Zipu e Batoque, no município do Pacujá, destaca no seu cotidiano da Extensão Rural Agroecológica “a importância de conhecer bem a realidade da comunidade através de um atento trabalho de diagnóstico, que permita a troca de experiências e o compartilhamento dos conhecimentos sobre a região”. A reflexão sobre sua própria vida possibilita a tomada de consciência do seu próprio valor e do que necessita ser mudado para se ter melhor qualidade de vida. A valorização do próprio universo cultural do saber local é condição imprescindível para se vivenciar processos de educação popular.

O Marco de Referência da Educação Popular para as Políticas Públicas concebe a sistematização “como uma espécie particular de criação participativa de conhecimento teórico e prático, a partir de e para a ação de transformação, entendida como a construção da capacidade protagonista do povo” (BRASIL, 2014, p.46). Há uma preciosa imagem expressa pela professora Elza Falkembach ao revelar o significado e importância da sistematização na Educação Popular, quando afirma que:

“[...] sistematizar é juntar cacos, pedaços e formar um vitral”.

A sistematização é um instrumento e uma ferramenta apropriada e apropriável para a recuperação e reflexão do viver compartilhado; que faz parte deste viver, objeto de investigação; espaço de discussão e aprendizagem; e produção de conhecimento que se apoia no confronto de argumentos que as experiências do viver sustentam e dialetizam (FALKEMBACK, 2000, p.15).

São vários os espaços onde acontecem as sistematizações no PPF. Nas comunidades, quando se reflete desde o início do Projeto, sobre a história da comunidade, a situação de vida de suas famílias ou nos momentos de encontros comunitários para problematizar e refletir acerca de algum ponto de interesse comum na implementação das ações do Projeto. Para os/as técnicos/as de ERA, são momentos de reflexão e sistematização durante a reunião da equipe técnica para o monitoramento, quando se socializa, reflete, avalia e planeja o trabalho em cada uma das comunidades. Este percurso possibilita a reflexão e o acompanhamento dos trabalhos e a vida nas comunidades.

Sobre isso, a Técnica 2 que atua na região quilombola do Coité e no Sítio Trombetas, do município de Ipueiras, destaca como este momento é vivido nas comunidades onde atua, afirmando que esses momentos de interação são momentos valiosos:

(...) de troca de experiências através de interações comunitárias em que a comunidade se encontra para sistematizar as experiências e apresentar estas sistematizações, para a própria comunidade e para outras quando são realizados os intercâmbios entre comunidades.

Resultados

Como resultado dessa pesquisa, constatou-se que a concepção metodológica assumida pelo Projeto Paulo Freire, alcançou significativos resultados ao



implementar essa política pública a partir de processos educativos de agroecologia, como ciência, que aproxima o saber acadêmico com o saber popular; como movimento social que potencializa a inclusão e luta de sujeitos sociais que vivem em situações de extrema pobreza no semiárido brasileiro e, por fim, como prática de produção sustentável e de comercialização justa da agricultura familiar, como experiência significativa emancipatória.

Foi possível observar que o resultado da melhoria de qualidade de vida das famílias envolvidas se deu, não somente nos aspectos materiais, mas em mudanças de posturas pessoais e coletivas, no protagonismo comunitário e na adoção de práticas de convivência com o semiárido, fruto dos processos educativos realizados por meio de diálogos nas trocas de experiências do cotidiano da vida das comunidades. Por conta dessa prática exitosa, o Projeto Paulo Freire foi avaliado pelo Fundo Internacional para o Desenvolvimento da Agricultura (FIDA), entre os quatro melhores projetos por eles apoiados em todo o mundo.

Referências bibliográficas

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. Reflexões sobre como fazer trabalho de campo. **Sociedade e Cultura**, Goiânia, v. 10, n. 1, 2007.

BRASIL. **Marco Referencial da Educação Popular para as Políticas Públicas**. Brasília, DF –Secretaria- Geral da Presidência da República. 2014. Disponível em: <http://confinteabrasilmais6.mec.gov.br/images/documentos/marco_de_referencia_da_educacao_popular.pdf> Acesso em: 10 de nov. 2018.

CAPORAL, F. R. **La extensión agraria del sector público ante los desafíos del desarrollo sostenible**: el caso de Rio Grande do Sul, Brasil. Tese (Doutorado) - Universidad de Córdoba, Córdoba. 1998.

FALKEMBACH, E. M. F. **Sistematização em educação popular: uma história, um debate...** In: REUNIÃO ANUAL DA ANPED, 30., Caxambu, 2007.

FREIRE, P. **Pedagogia da Autonomia**. São Paulo, Paz e Terra. 1996.

_____. **Educação e Mudança**. 12^a. ed. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1983.